

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela

Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.
Em 2013 a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 760,6 milhões e lucro líquido de R\$ 35,6 milhões.
O Acionista deliberou o pagamento de dividendos de R\$ 34,7 milhões e de R\$ 30,0 milhões, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de agosto de 2013 e em 20 de dezembro de 2013, respectivamente, totalizando R\$ 64,7 milhões de dividendos distribuídos no exercício.
Em atendimento à Circular SUSEP 464/13, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o

vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 171,8 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		814.626	869.109	797.558
Disponível		31	7.201	2.896
Caixa e bancos		31	7.201	2.896
Aplicações	5	175.648	217.323	184.691
Créditos das operações com seguros e resseguros		180.283	168.149	185.907
Prêmios a receber	6	175.124	162.160	169.393
Operações com seguradoras		5.109	4.742	2.733
Operações com resseguradoras	7	50	1.247	13.781
Outros créditos operacionais	9	56.229	31.565	32.427
Ativos de resseguro - provisões técnicas		12	317	817
Títulos e créditos a receber		160.212	191.791	113.404
Títulos e créditos a receber	8	126.149	146.139	78.856
Créditos tributários e previdenciários	22b	32.448	44.178	33.741
Outros créditos		1.615	1.474	807
Outros valores e bens	25a	2.450	621	385
Outros valores		2.450	621	385
Despesas antecipadas		12	317	817
Custos de aquisição diferidos	15	239.749	252.142	277.030
Seguros		239.749	252.142	277.030
Ativo não circulante		334.002	276.049	226.571
Realizável a longo prazo		330.784	274.087	225.873
Aplicações	5	154.024	130.353	133.602
Créditos das operações com seguros e resseguros		6	4.225	4.225
Prêmios a receber		6	4.225	4.225
Títulos e créditos a receber		164.053	125.997	69.724
Títulos e créditos a receber	8	126.149	146.139	78.856
Créditos tributários e previdenciários	22b	50.738	41.106	24.481
Depósitos judiciais e fiscais	19a	113.156	84.131	44.987
Outros créditos operacionais		9	159	159
Custos de aquisição diferidos	15	12.707	13.512	18.322
Seguros		12.707	13.512	18.322
Investimentos		306	325	198
Participações societárias		283	300	170
Imóveis destinados a renda		23	25	28
Imobilizado	10	305	221	153
Bens móveis		255	200	134
Outras imobilizações		50	21	19
Intangível	11	2.607	1.416	347
Outros intangíveis		2.607	1.416	347
Total de ativo		1.148.628	1.145.158	1.024.129

	Nota	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Passivo				
Circulante		574.938	602.609	528.232
Contas a pagar		64.664	129.362	61.974
Obrigações a pagar	12	28.207	71.525	15.260
Impostos e encargos sociais a recolher		1.363	279	1.897
Encargos trabalhistas		86	66	49
Impostos e contribuições		31.205	51.592	41.357
Outras contas a pagar		3.803	5.900	3.411
Débitos de operações com seguros e resseguros		119.679	95.577	83.768
Prêmios a restituir		14.876	2.820	1.821
Operações com seguradoras		61	704	4.438
Operações com resseguradoras		55	-	317
Corretores de seguros e resseguros	13	102.159	83.769	75.262
Outros débitos operacionais		2.528	8.264	1.930
Depósitos de terceiros	14	7.832	1.049	4.756
Provisões técnicas - seguros	15	382.763	376.641	377.734
Danos		382.763	376.641	377.734
Pessoas		-	-	56.607
Passivo não circulante		145.975	122.423	96.447
Provisões técnicas - seguros	15	36.031	39.035	52.239
Danos		36.031	39.035	52.239
Outros débitos	19	109.944	83.388	44.208
Provisões judiciais		109.944	83.388	44.208
Patrimônio líquido	20	427.715	420.126	399.450
Capital social		410.775	385.075	88.359
Aumento de capital (em Aprovação)		-	-	296.715
(-) Ações em tesouraria		-	(26.033)	(26.033)
Reservas de reavaliação		857	857	857
Reservas de lucros		18.059	60.227	39.552
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.976)	-	-
Total de passivo		1.148.628	1.145.158	1.024.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	88.359	296.716	(26.033)	857	8.216	31.335	-	399.450
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	-	296.716	-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados em AGE de 8 de outubro de 2012	-	-	-	-	-	(6.700)	-	(6.700)
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	(14.000)	-	(14.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	54.376	54.376
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	-	-	-	2.719	-	(2.719)
Proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(38.657)	(38.657)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	385.075	-	(26.033)	857	10.935	49.292	-	420.126
Reversão da proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	-	(62.292)	62.292	-
CANCELAMENTO DE 85.713.697 AÇÕES ordinárias - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	26.033	-	-	-	(26.033)	-
Aumento de capital - AGOE de 28 de março de 2013	-	25.700	-	-	-	-	-	25.700
Aprovação de capital - Portaria SUSEP nº 5.382 de 05 de julho de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados - AGE de 30 de agosto de 2013	-	-	-	-	-	-	(34.700)	(34.700)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.976)	(1,976)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.565	35.565
Proposta para distribuição do resultado:								
Dividendos deliberados - AGE de 26 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(1.559)	(28.441)
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.778	-	(1,778)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	5.346	(5,346)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	410.775	-	-	857	12.713	-	5.346	(1,976)

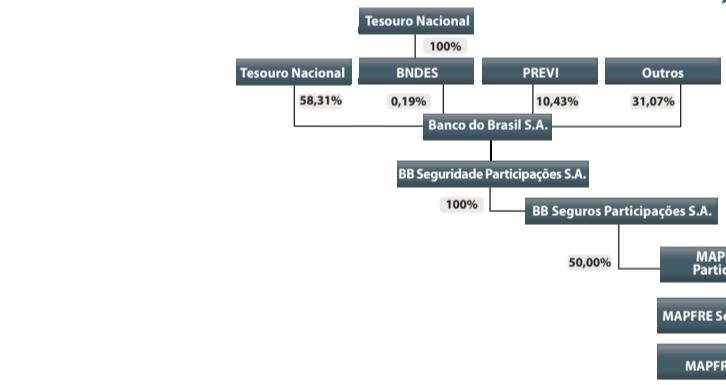
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Affinity Seguradora S.A., (doravante designada "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com seguros de danos e de pessoas. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 2º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 87.912.143/0001-58. Em 30 de junho de 2011 a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida

em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais affinity. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais affinity. A mudança da denominação social da Seguradora, anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.800, de 29 de agosto de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC - 26 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/09 e da Circular SUSEP nº 464/13. Em virtude das alterações introduzidas pelas Circulares SUSEP 462/13 e 464/13, e para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados os riscos com emissão antecipada da rubrica Faturas emitidas antecipadamente no grupo "Compensação" para as rubricas de "Prêmios a receber", "Custo de aquisição diferidos", "Impostos e encargos sociais a recolher", "Corretores de seguros e resseguros", "Provisões técnicas", "Prêmios emitidos" e "Variações das provisões técnicas de prêmios" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2012	
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Ajustes	Saldos apresentados	Ajustes
Ativo						
Circulante	868.781	328	869.109	797.226	332	797.558
Disponível	7.201	-	7.201	2.896	-	2.896
Aplicações	217.323	-	217.323	184.691	-	184.691
Créditos das operações com seguros e resseguros	167.902	247	168.149	185.657	250	185.907
Prêmios a receber	161.913	247	162.160	169.143	250	169.393
Operações com seguradoras	4.742	-	4.742	2.733	-	2.733
Operações com resseguradoras	1.247	-	1.247	13.781	-	13.781
Outros créditos operacionais	31.565	-	31.565	32.427	-	32.427
Ativos de resseguro - provisões técnicas	317	-	317	817	-	817
Títulos e créditos a receber	191.791	-	191.791	113.404	-	113.404
Outros valores e bens	621	-	621	385	-	385
Despesas antecipadas	-	-	-	1	-	1
Custos de aquisição diferidos	252.061	81	252.142	276.948	82	277.030
Seguros	252.061	81	252.142	276.948	82	277.030
Ativo não circulante	276.049	-	276.049	226.571	-	226.571
Realizável a longo prazo	274.087	-	274.087	225.873	-	225.873
Aplicações	130.353	-	130.353	133.602	-	133.602
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.225	-	4.225	4.225	-	4.225
Títulos e créditos a receber	125.997	-	125.997	69.724	-	69.724
Custos de aquisição diferidos	13.512	-	13.512	18.322	-	18.322
Investimentos	325	-	325	198	-	198
Imobilizado	221	-	221</			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

discricionários (DPF) são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos.

Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em conformância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, quando cabível. Correspondente ao início de prazo a decorrer, calculado pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado no mês de constituição. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vitegens mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos vigeantes mas não operacionalmente emitidos. É calculada com base em experiência histórica e metodologia baseada em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014, sendo que a mesma foi reclassificada para Outras Provisões Técnicas e está mantida sem atualização desde fevereiro de 2013, conforme permitido pela referida regulamentação. A Administração está avaliando eventuais impactos nos requeridos pela referida Circular. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) foi extinta pela Circular 462/2013 e em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Seguradora não apresentou necessidade de Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP). No Teste de Adequação de Passivos (TAP) de 31 de dezembro de 2013, não foi verificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), deve ser constituída, quando necessário, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua reversão contratual. Conforme Circular SUSEP nº 462/2013 a Provisão para Despesas Administrativas (PDA), foi extinta e em seu lugar foi instituída a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e liquidação de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente em termos da Legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), quando necessário, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionada (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos mas não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para despesas realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações técnicas fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **I) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contrato de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 12 de dezembro de 2012, para as demonstrações financeiras referentes a 2013, e nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPME e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Grupo de ramo	Sinistralidade
Seguro de pessoas	14,4%
Seguro de danos	168,6%

m) Passivos financeiros: Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar, conta corrente entre empresas do grupo, agenciamento a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros" que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de forma confiável, a medida que são incorridos. **o) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o

Bruto de resseguros (*)		2013		2012	
Região geográfica	Demais	%	DPVAT	%	Total
Centro-oeste	7.355	1%	765	0%	15.296
Nordeste	8.915	1%	2.286	0%	20.738
Norte	-	0%	482	0%	482
Sudeste	55.969	7%	53.181	7%	705.376
Sul	10.247	1%	2.760	1%	16.945
Total	82.486	10%	59.474	8%	616.877

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$575.837 (R\$742.640 em 31 de dezembro de 2012).

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de sensibilidade foi elaborado para possíveis nas variações do resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valores passivos que correspondem em diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente afetar o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 15,99%. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2013	2012
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Impacto no patrimônio líquido/ resultado

a. Provisões técnicas Alteração das principais premissas das provisões técnicas (7.024) (5.441)

i. IBNR Aumento Coeficiente de Variação dos Fatores de IBNR (7.024) (5.441)

(b) Sinistralidade Aumento Elevação de 5% na sinistralidade (10.247) (11.111)

Risco de crédito: Risco de crédito: é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte: o contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites de exposição ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e
- Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior e uma vez que a cobertura é dada em antecipação ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem também algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. Até 31 de dezembro de 2013, os parâmetros de resseguros eram:

Tipo de ressegurador	Nome do ressegurador	2013		2012	
		Cessão (%)	Cessão (%)	Cessão (%)	Cessão (%)
Local (1)	IRB Brasil Resseguros S.A.	30%	32%	-	-
Local (1)	MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguro	70%	68%	-	-
Total		100%	100%		

(1) O ressegurador Local não possui rating, contudo, é realizada uma avaliação de crédito. Os ratings de resseguros são acompanhados pela área de resseguros, cuja principal fonte é a S&P agência classificadora de risco.

Ramos	Tipo de contrato	Excesso de danos	2013	
			Limite de retenção	Limite de retenção
Patrimonial	Automático	por risco	500	4.500
Automóvel	Automático	Catástrofe	2.000	40.000

Grupo de ramos	Ramos	2013	
		Limite de retenção	Limite de retenção
Pessoas	71	1.500.000	-
Automóvel	88	1.500.000	-
Pessoas físicas	46,48	2.200.000	-
Responsabilidades	76	1.500.000	-
Pessoas coletivas	90	500.000	-
Rural	29,77,82,84,87,93	1.500.000	-
Pessoas Individuais	98	1.500.000	-
Responsabilidades	29,77,84,87	1.500.000	-
Gerenciamento do risco de crédito	51	3.000.000	-

Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido(1)	Resseguro cedido	2012	
			Retenção	Retenção
Pessoas	616.877	855	99,3%	-
Crédito/Riscos financeiros	82	855	100%	-
Total	699.363	855	100%	100%

(1) Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política básica prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating para alocação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Emissor	Título	Valor contábil/valor justo	Rating
BANIF	Fundos de investimentos - abertos/outs	(3.753)	AAA
BEM	Fundos de investimentos - abertos/outs	13.448	AAA
BNDES/SPAR	Debêntures	3.428	AA
HSBC	Certificados de depósitos bancários (CDBPS)	2.560	AA
SANT MER	Certificados de depósitos bancários (CDBPS)	3.562	AA
		20.145	

lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO, IFRM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas comprometidas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitatva da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste Comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para Administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar à alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário com assessoramento ao Conselho de Administração que atua como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de desempenho internos tais como o gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerar os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade das exames efetuados possibilitam para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contratado onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

Líquido de resseguros (*)		2013		2012	
Região geográfica	Demais	%	DPVAT	%	Total
Centro-oeste	7.355	1%	765	0%	15.296
Nordeste	8.915	1%	2.286	0%	20.738
Norte	-	0%	482	0%	482
Sudeste	55.969	7%	53.181	7%	704.521
Sul	10.247	1%	2.760	1%	16.945
Total	82.486	10%	59.474	8%	616.022

(*) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

(**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 246.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. e) **Hierarquia do valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferências de ativos entre Níveis, bem como a Seguradora não possui aplicações classificadas no Nível 3.

	2013		2012			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos designados a valor justo por meio do resultado	101.981	10.729	112.710	197.161	18.628	215.789
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	158	-	158
Fundos exclusivos						
Debêntures	-	33	33	-	-	-
Fundos de investimentos - abertos/outras	-	10.696	10.696	-	18.628	18.628
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1.550	-	1.550	-	-	-
Opções de futuros	1	-	1	-	-	-
Over	22.894	-	22.894	124.302	-	124.302
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	59.972	-	59.972	55.415	-	55.415
Títulos da dívida agrária (TDA)	17.564	-	17.564	17.286	-	17.286
Ativos disponíveis para venda	45.144	-	45.144	-	-	-
Carteira própria						
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	15.885	-	15.885	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	29.259	-	29.259	-	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	162.357	9.416	171.773	121.701	10.135	131.836
Carteira própria						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	3.561	3.561	-	4.780	4.780
Fundos exclusivos						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	2.560	2.560	-	2.982	2.982
Debêntures	-	3.295	3.295	-	2.373	2.373
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	34.526	-	34.526	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	127.831	-	127.831	85.125	-	85.125
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	36.576	-	36.576
Outras aplicações	-	-	-	45	-	51
Total	309.482	20.145	329.627	318.862	28.763	347.676

f) **Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 8,25% (10,03% em 2012) no acumulado do ano de 2013, representado 102,36% (119,48% em 2012) do CDI que foi de 8,06% (8,39% em 2012) no ano.

6. PRÊMIOS A RECEBER

	2013	2012	01/01/2012
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Prêmios a receber	181.831	168.664	175.668
(-) Provisão de crédito de liquidação duvidosa - PCLD	(6.707)	(2.279)	(2.050)
Total	175.124	166.385	173.618

a) Movimentação de prêmios a receber

	2013	2012	01/01/2012
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Saldo Inicial	168.664	175.668	22.706
Prêmios emitidos	482.836	1.251.571	1.221.891
Cancelamentos	(440.703)	(432.298)	(491.836)
Recebimentos	(28.966)	(826.277)	(577.093)
Saldo final	181.831	166.664	175.668

b) Composição por prazo de vencimento

	2013	2012	01/01/2012
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Vencendo: 1 a 30 dias	146.368	146.044	155.823
Vencendo: 31 a 60 dias	4.586	12.845	8.384
Vencendo: 61 a 120 dias	1.703	443	121
Vencendo: 121 a 180 dias	1.043	308	116
Vencendo: 181 a 365 dias	4.644	190	92
Vencido superior a 365 dias	899	186	3.809
Total	181.831	168.664	175.668

O prazo médio de parcelamento dos prêmios da Seguradora é de 24 meses.

7. OPERAÇÕES DE RESEGUROS

a) **Ativo:**

	2013	2012
Prêmios	50	1.204
Recuperação de sinistros	-	43
Total	50	1.247

b) **Passivo:**

	2013	2012
Outros débitos	55	55
Total	55	-

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Títulos e créditos a receber é composta, substancialmente, por Ressarcimentos, Créditos a receber referente à cisão de carteira e Créditos de títulos de capitalização, nos montantes de R\$ 53.051 em 2013 (R\$ 52.657 em 2012), R\$ 36.393 em 2013 (R\$ 72.204 em 2012) e R\$ 36.705 em 2013 (R\$ 22.038 em 2012), respectivamente.

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais é composto por Corretores, Convênio DPVAT e por Saldos bancários bloqueados por decisão judicial, representando R\$ 54.967 (R\$ 30.734 em 2012), R\$ 1.262 (R\$ 830 em 2012) e R\$ 159 (R\$ 0 em 2012), respectivamente.

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2013		2012	
		Adições	Baixas	Depreciação	2013
Equipamentos	10%	138	30	(8)	160
Móveis, máquinas e utensílios	10%	23	-	(2)	21
Veículos	20%	39	85	(33)	91
Outras Imobilizações	10% a 20%	21	12	-	33
Total	221	127	-	(43)	305

	Taxa anual de depreciação	2011		2012	
		Adições	Baixas	Depreciação	2012
Equipamentos	10%	64	100	(26)	138
Móveis, máquinas e utensílios	10%	16	12	(5)	23
Veículos	20%	54	6	(21)	39
Outras Imobilizações	10% a 20%	19	17	(15)	21
Total	153	135	-	(67)	221

11. INTANGÍVEL

	2013	2012
Saldo inicial	1.416	347
Adições	1.284	1.070
Amortizações	(93)	(1)
Total	2.607	1.416

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Obrigações a pagar é composta, substancialmente, por Aluguel, Dividendos, Acordo estratégico, Cheques pendentes, IOF na recoller e Outras obrigações a pagar, no montante de R\$ 10.480 (R\$ 3.899 em 2012), R\$ 187 (R\$ 13.188 em 2012), R\$ 7.548 (R\$ 52.311 em 2012), R\$ 2.769 (R\$ 3.950 em 2012) e R\$ 445 (R\$ 2.863 em 2012) e R\$ 6.778 (R\$ 4.686) em 2012, respectivamente.

13. CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS

Corretores de seguros e resseguros é composto, substancialmente, por Comissões a pagar, Comissões sobre prêmios e Outros, nos montantes de R\$ 14.382 (R\$ 21.838 em 2012), R\$ 87.615 (R\$ 61.778 em 2012) e R\$ 162 (R\$ 72 em 2012), respectivamente.

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas na rubrica "Depósitos de terceiros" são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora, no montante de R\$ 7.832 (R\$ 1.050 em 31 de dezembro de 2012).

15. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões Técnicas - Seguros	2012		Atuali-zações	Paga-mentos	2013
	(reapre-sentado)	Consti-tuições			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	264.915	712.572	(728.195)	-	249.292
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	65.301	268.541	(35.243)	166	(219.311)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	60.518	3.929	-	-	64.447
Provisão de despesas relacionadas - PDR	-	520	-	-	520
Outras provisões	24.942	610	(471)	-	25.081
Total das provisões técnicas	415.676	986.172	(763.909)	166	(219.311)

Provisões Técnicas - Resseguros	2012		Atuali-zações	Paga-mentos	2013
	(reapre-sentado)	Consti-tuições			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	246	856	(1.102)	-	-
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	19	42	-	-	(58)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	9	-	(43)	-	-
Outras provisões	43	-	-	-	12
Total das provisões técnicas	317	898	(1.145)	-	(58)

Provisões Técnicas - Seguros	2012		Atuali-zações	Paga-mentos	2012
	(reapre-sentado)	Consti-tuições			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	297.968	1.128.754	(1.161.807)	-	264.915
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	62.242	259.319	(34.921)	1.037	(222.376)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	40.797	19.721	-	-	60.518
Outras provisões	28.964	-	(4.022)	-	24.942
Total das provisões técnicas	429.971	1.407.794	(1.200.750)	1.037	(222.376)

Provisões Técnicas - Resseguros	2012		Atuali-zações	Paga-mentos	2012
	(reapre-sentado)	Consti-tuições			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	249	212	(215)	-	246
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	473	-	(305)	6	(155)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	77	-	(34)	-	43
Outras provisões	18	-	(9)	-	19
Total das provisões técnicas	817	212	(563)	6	(155)

16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos no data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante variou neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, conseqüentemente, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, detalhados em seus saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

	Ano de ocorrência do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bruto de resseguro							
Montante estimado para os sinistros	186.408	167.157	104.377	128.066	150.961	175.393	201.184
• No ano da ocorrência	252.749	230.993	141.821	161.034	165.287	194.178	1.146.062
• Um ano após a ocorrência	262.338	241.523	151.006	164.540	167.886	-	987.293
• Dois anos após a ocorrência	264.920	243.799	152.368	165.734	-	-	826.817
• Três anos após a ocorrência	-	-	-	-	-	-	663.421
• Quatro anos após a ocorrência	266.128	244.817	152.472	-	-	-	626.817
• Cinco anos após a ocorrência	266.691	244.591	-	-	-	-	511.282
• Seis anos após a ocorrência	267.530	-	-	-	-	-	267.530
Estimativa dos sinistros na data-base	267.530	244.591	152.472	165.734	167.886	194.178	201.184
Diferença entre as estimativas inicial e final	(81.122)	(77.434)	(48.095)	(37.668)	(16.925)	(18.785)	-
Pagamentos de sinistros efetuados	265.427	242.558	149.797	163.597	164.374	186.059	144.482
Passivo representado no quadro	2.102	2.033	2.674	2.137	3.512	8.118	56.702
Passivo em relação a anos anteriores a 2007							7.179
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT							59.961
Total de passivo de sinistros							144.418

Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. e) **Hierarquia do valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferências de ativos entre Níveis, bem como a Seguradora não possui aplicações classificadas no Nível 3.

	Ano de ocorrência do sinistro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Montante estimado para os sinistros							
• No ano da ocorrência	90.140	58.058	69.344	98.848	198.330	174.991	201.189
• Um ano após a ocorrência	106.932	69.318	98.425	163.888	213.969	194.340	846.872
• Dois anos após a ocorrência	109.942	75.060	112.684	166.635	216.081	-	680.402
• Três anos após a ocorrência	111.552	75.178	113.831	167.830	-	-	468.391
• Quatro anos após a ocorrência	114.402	75.337	113.966	-	-	-	303.705
• Cinco anos após a ocorrência	115.339	75.096	-	-	-	-	190.435
• Seis anos após a ocorrência	116.172	-	-	-	-	-	116.172
Estimativa dos sinistros na data-base	116.172	75.096	113.966	167.830	216.081	194.340	201.189</

MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - CNPJ nº 87.912.143/0001-58

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Affinity Seguradora S.A.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 272/2004 e na Resolução CNSP nº 135/2005, realizamos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas, dos Limites de Retenção e dos demais aspectos atuariais concernentes aos ramos de seguros operados pela MAPFRE Affinity Seguradora S.A. no exercício de 2013. Neste parecer atuarial, conforme requerido nas disposições regulamentares, registramos a nossa avaliação conclusiva a respeito da adequação das provisões técnicas da Seguradora em 31 de dezembro de 2013.

Nossas análises foram fundamentadas nas melhores práticas atuariais aplicáveis no Brasil e internacionalmente aceitas, com observância da legislação de seguros atualmente vigente no país, e das particularidades de seus produtos.

Verificamos que a Provisão de Prêmios Não Ganhos, referentes aos riscos vigentes emitidos ou não, a Provisão de Sinistros à Liquidar, a Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados e a Provisão de Despesas Relacionadas constituídas pela Seguradora em 31 de dezembro de 2013 foram calculadas conforme legislação em vigor e estão adequadas para o cumprimento dos compromissos assumidos com

os seus segurados. Verificamos ainda que, para a data base supramencionada, os Limites de Retenção praticados pela Seguradora são adequados aos negócios subscritos.

Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

Jabis de Mendonça Alexandre
Diretor Responsável Técnico

Adriana Nery Osassa Okada
Atuária Responsável Técnica MIBA 1.031

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Affinity Seguradora S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos,

o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Conforme descrito na Nota 3k, de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, anteriormente requerida pela SUSEP, deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para reversão integral até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora reclassificou o saldo para Outras Provisões Técnicas e manteve o saldo registrado desde fevereiro de 2013. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP, em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 24.462 mil líquidos de resseguro, sendo R\$ 14.677 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 469 mil, sendo R\$ 281 mil, líquidos de resseguro e dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa 2 (b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 (b), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-1SP32769/O-1

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Presidente
Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior
Benedito Luiz Alves Dias
Carlos Alberto Landim

Dirceu Tiegs
Jabis de Mendonça Alexandre
Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada
MIBA 1.031